

UMA ANÁLISE CRÍTICA DO HISTÓRICO DO PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO – PNLD

Karolyne Alves da Silva¹
Roseanny Dantas dos Santos²
Kátia Farias Antero³

RESUMO

O objetivo desse trabalho é analisar o processo de evolução histórica do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) no Brasil, sobretudo, validando sua importância para a rede pública, discutindo como vem se constituindo a seleção e distribuição do livro didático, ressaltando a abordagem dos fatos através de uma cronologia que facilite a compreensão do leitor. Como metodologia desenvolvemos uma análise teórica baseada em estudos da área de autores como Silva (1996), bem como análise em documentos oficiais. O resultado desse trabalho considerou que, para além da garantia dos livros didáticos nesse processo histórico, o procedimento de seleção do material nem sempre condiz com o que é exposto resultando em uma influência mínima dos professores nesse processo.

Palavras-chave: Livro didático, Escola pública, Processo histórico.

INTRODUÇÃO

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) teve início no ano de 1929 e atualmente é responsável pela distribuição de livros didáticos para escolas públicas dos anos iniciais do ensino fundamental ao ensino médio, apenas o ensino infantil não é contemplado com a destinação de livros didáticos.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação (DCNE, 2013), o livro didático além de ser fornecido, deve contemplar conteúdos que abordem questões étnica e raciais, bem como valorize a cultura dos diferentes povos. Portanto, de acordo com o DCNE, 2013 Art. 7º. Os sistemas de ensino orientarão e supervisionarão a elaboração e edição de livros e outros materiais didáticos, em atendimento ao disposto no Parecer CNE/CP 003/2004. Assim, destacamos a importância de conhecer o projeto PNLD, bem como analisar suas contribuições a cerca da produção de conteúdos e seleção de material, que deve considerar a participação do corpo docente nesse processo

Julgamos importante submeter esse trabalho as abordagens teóricas dispostas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais da

¹Graduanda pelo Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB karol.alves13@hotmail.com

²Graduanda pelo Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB roseannyds@gmail.com

³Mestre em Filosofia da Educação pela Faculdade São Bento – professorakatiaantero@hotmail.com

Educação Básica (DCNE, 2013), para que sejam evidenciado as contribuições do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) na educação, e analisado de que forma atendem ao que consta previsto em Lei.

Ressaltamos as condições em que são elaborados os conteúdos que compõe o livro didático conforme a abordagem de SILVA (1996, p.12): “É extremamente ‘rasa’ no intuito de acomodar informações aligeiradas e não muito fiel às fontes primeiras”

Consideramos ainda, as discussões elencadas no componente curricular Ensino de Ciências Naturais do curso de Pedagogia na Universidade Estadual da Paraíba acerca do Livro Didático, que subsidiarão a análise, visto que através dos relatos dos docentes em prática é possível através do discurso perceber como ocorre a seleção desses materiais, mas precisamente na rede pública.

O objetivo desse trabalho é analisar o processo de evolução histórica do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) no Brasil, sobretudo, validando sua a importância para a rede pública, discutindo como vem se constituindo a seleção e distribuição do livro didático, ressaltando a abordagem dos fatos através de uma cronologia que facilite a compreensão do leitor. Como metodologia desenvolvemos uma análise teórica baseadas em estudos da área de autores como Silva (1996), bem como análise em documentos oficiais.

Finalizamos os escritos destacando que mesmo reconhecendo a importância dada ao professor em todo o percurso da educação, ainda falta que esse profissional participe ativamente no processo de seleção dos livros didáticos a serem adotados, afinal de contas, ninguém melhor do que o professor para ter um olhar crítico sobre como os conteúdos devem ser construídos com base na qualidade dos livros que lhe são repassados.

A IMPORTÂNCIA DO LIVRO DIDÁTICO

Ressaltamos que o estudo aqui elencado, não desconsidera a importância do livro didático como subsídio de trabalho do professor. Mas que esse deve ser escolhido criteriosamente, considerando diversos aspectos sociais, culturais, e ambientais conforme o público ao qual será destinado. É importante destacar:

[...] o professor deve, portanto, atuar no sentido de se apropriar de sua experiência, do conhecimento que tem para investir em sua emancipação e em seu desenvolvimento profissional, atuando efetivamente no desenvolvimento curricular e deixando de ser mero consumidor (CASTELLAR, 1999, p. 52)

Essa preocupação com a organização e seleção dos conteúdos no livro didático deve ser priorizada por todo o corpo docente da escola com intuito de que os conteúdos elencados

(83) 3322.3222

contato@conapesc.com.br

www.conapesc.com.br

favoreçam a construção de conhecimento, a partir de outros materiais. Nesse sentido, o professor assume o perfil de pesquisador, e incentivador de construção do conhecimento científico, que perpassa a organização curricular do livro didático.

Diante do exposto, fica evidente a importância do letramento científico que permite ao aluno além de experiências científicas, bagagem teórica para modificar o ambiente ao qual está inserido. Sobre isso, aponta (BNCC, 2017, p. 319) “Em outras palavras, apreender ciência não é a finalidade última do letramento, mas, sim, o desenvolvimento da capacidade de atuação no e sobre o mundo, importante ao exercício pleno da cidadania.”

Assim, a representação do livro didático deixa de ser vista como único instrumento de trabalho do professor, para assumir o papel de apoio na construção do conhecimento, apesar de ser constatada sua importância ao longo da história, sabe-se que atualmente existem outros meios de comunicação social e digital que permitem ao aluno explorar o meio ao qual está inserido e transformá-lo através de experiências científicas.

O LIVRO DIDÁTICO E A REDE PÚBLICA DE ENSINO

Mas precisamente na rede pública sabemos que a seleção do livro didático nem sempre considera a participação do corpo docente, por uma estrutura política capitalista. Os livros são escolhidos, por vezes, com base no seu valor de mercado. Diante dessa prática, os livros, em sua maioria são empobrecidos cientificamente e destinados a rede pública, rede essa que geralmente, trata de uma clientela desassistida socialmente, onde deveria ao menos receber livros de qualidade estética e científica.

No entanto, sabendo o professor do seu papel de pesquisador. É dever de sua prática docente propiciar a esses alunos experiências para além do “pobre” material que possui como subsídio, apesar, de considerarmos a relevância do material, reafirmamos que não é exclusivamente o livro didático, que determina ou não o fracasso dos alunos. De acordo com Krasilchik (2008, p. 184):

[...] pelas suas difíceis condições de trabalho, os docentes preferem os livros que exigem menos esforço, e que reforçam uma metodologia autoritária e um ensino teórico [...]. O docente, por falta de autoconfiança, de preparo, ou por comodismo, restringe-se a apresentar aos alunos, com o mínimo de modificações, o material previamente elaborado por autores que são aceitos como autoridades. Apoiado em material planejado por outros e produzido industrialmente, o professor abre mão de sua autonomia e liberdade, tornando simplesmente um técnico.

Assim, apesar de salientar para a fragmentação do livro didático principalmente na escola pública, deixamos claro que isso não é uma regra, e a depender da região do país, essa ênfase no que diz respeito a qualidade do material didático poderá ser priorizado ou não de as esferas políticas dominantes.

METODOLOGIA

Para atingir o objetivo elencado pelo trabalho, utilizamos a análise do documento Plano Nacional do Livro Didático – PNLD – Histórico, bem como os discursos realizados no âmbito acadêmico acerca do livro didático.

Em relação a pesquisa bibliográfica e documental, realizamos a análise e seleção de materiais (artigos), que contemplamos discussões acerca do livro didático, mas precisamente entre o período de 2014 á 2018.

Julgamos importante ainda, os estudos elencados através dos documentos oficiais como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as Diretrizes Curriculares Nacional da Educação (DCNE, 2013) que compõe o embasamento teórico desse trabalho. Sobre isso é importante destacar, Pimentel (2001, p.191): “Dependendo do objetivo da pesquisa, a análise de documentos pode se caracterizar como instrumento complementar ou ser o principal meio de concretização do estudo [...]”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O programa do livro didático começa a ser implementado em 1929 com a criação do Instituto Nacional do Livro (INL) , que surgiu para subsidiar a produção do livro didático, o programa constou vigente até o ano de 1976, quando surge a Fundação Nacional do Material Escolar (Fename) que passa a ser responsável pela produção do livro didático, contando com os recursos advindos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Com essa nova estrutura, devido a falta de recursos a grande maioria das escolas municipais deixou de receber os livros didáticos.

Apesar das datas nos parecerem distantes, devido as gestões estaduais e municipais precárias de alguns estados do Brasil, esse recebimento ocorre nos dias atuais de forma

fragmentada, principalmente, em áreas periféricas e zonas rurais do país. Descaracterizando o que prevê as Diretrizes Curriculares Nacional da Educação(DCNE, 2013):

XII – a relevante alteração na Constituição, pela promulgação da Emenda Constitucional nº 59/2009, que, entre suas medidas, assegura Educação Básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, inclusive a sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; assegura o atendimento ao estudante, em todas as etapas da Educação Básica, mediante programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde, bem como reduz, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino.

Assim, em 1983 é criada a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) que consiste em um grupo encarregado em examinar problemas do livro didático e que lança a proposta de participação dos professores na escolha dos livros, ampliando também os livros para atender ao nível fundamental. No que diz respeito a análise do livro didático é importante destacar, que nem sempre essa designação dada ao professor na escolha do livro didático é priorizada, principalmente pelos setores de organização da gestão escolar preocupar-se principalmente com o custo benefício. Sobre isso aponta Silva (1996, p.11) afirmando que “o livro didático é uma tradição tão forte dentro da educação brasileira que o seu acolhimento independe da vontade e da decisão dos professores.”

Em 1985, através do Decreto de nº 91.542, de 19/8/85 é criado o Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), e então uma nova estrutura é elencada, priorizando a participação dos professores na seleção dos livros, a reutilização dos mesmos e encerrando a parceria de verbas com os estados na produção do material. No entanto devido ao desligamento com o estado, considerando a abrangência adotada de produção para todo o ensino fundamental, em 1992 os livros começam a ser distribuídos somente até a 4ª série do ensino fundamental. Em alusão ao ocorrido, em 1993 o FNDE estabelece um fluxo regular de verbas para a distribuição do livro didático.

Em 1996 é publicado o **Guia de Livros Didáticos de 1ª a 4ª série**, que consta como um registro de avaliação realizado pelo MEC, e caso algum livro não esteja no padrão estabelecido é excluído do Guia de Livros Didáticos. Apesar desse reforço para o aperfeiçoamento do livro didático percebemos que ainda há muito o que ser melhorado no quesito de explanação dos conteúdos, entretanto, é papel do educador e da escola dispor outros materiais que complementem a abordagem dos conteúdos, não se limite somente aos livros. Assim, é importante destacar (SILVA, 1996, P.12) “As determinações que levam o

professor à dependência do livro didático estão diretamente relacionadas à questão da identidade e dignidade do magistério.”

Evidenciamos ainda, que assim como o professor, a escola precisa lançar mão de outras ferramentas que venham a complementar os conteúdos, como é o caso dos recursos midiáticos elencados pela BNCC(2017, p.59):

[...] É importante que a instituição escolar preserve seu compromisso de estimular a reflexão e a análise aprofundada e contribua para o desenvolvimento, no estudante, de uma atitude crítica em relação ao conteúdo e à multiplicidade de ofertas midiáticas e digitais. Contudo, também é imprescindível que a escola compreenda e incorpore mais as novas linguagens e seus modos de funcionamento, desvendando possibilidades de comunicação (e também de manipulação) [...]

No ano de 2000 á 2004 foram distribuídos dicionários de língua portuguesa para aluno de 1^a a 4^a série de uso pessoal de cada um, e os livros começaram a ser entregues conseqüentemente a sua produção, além disso, foi ocorrendo de forma gradativa o atendimento aos alunos com deficiência visual através da confecção de materiais em braile. Aqui ressaltarmos que apesar da iniciação do atendimento aos alunos com deficiência visual aos livros didáticos, constatamos por meio dos discursos evidenciados no âmbito acadêmico o acesso limitado a esse material.

De 2005 a 2009 houveram avanços na produção do livro didático, os dicionários passaram a ser produzidos de acordo com o nível de ensino dos alunos, no entanto a distribuição foi realizada para uso apenas em sala de aula, a modalidade de Jovens e Adultos passou a receber os livros didáticos de acordo com a resolução CD FNDE 18, de 24/04/2017.

De 2010 a 2017 será perceptível o aumento de verbas para fabricação e distribuição do livro didático, bem como os livros começam a ser disponibilizados também para os professores, um outro fato marcante é o avanço tecnológico que permite com que o PNLD disponibilize livros em plataformas digitais e DVD, respaldado por direitos autorais que proibem qualquer tipo de reprodução.

Portanto conseguimos evidenciar, a importância da evolução do livro didático, porém, constatamos que o uso restrito do livro não é suficiente para tornar alunos críticos e pensantes. O livro didático representa um avanço em relação a educação pública, pois atende a todos mesmo que de forma limitada , mas não é exclusivamente o único meio de contato dos educandos com os conhecimentos. Salientamos, para a sua necessidade enquanto estratégia de ensino, frente a tantas outras existentes e principalmente o papel do educador em fazer com

que a aplicação desses conteúdos oportunizem aos indivíduos sentido e ferramenta de mobilização social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das análises realizadas acerca do documento Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), constatamos a importância de sua contribuição na nossa prática enquanto docentes, sobretudo, na relevância do professor em conhecer o processo histórico de um material impresso, que passou por várias mudanças e que hoje é acessível a todos, principalmente na rede pública.

Ressaltamos no entanto, que além de conhecer o material didático, é crucial que a participação efetiva dos docentes seja priorizada na seleção desses materiais, culminando em uma aprendizagem significativa ao sujeito final, nesse caso, o aluno. Porém, conforme já problematizado, sabemos que, devido a uma série de fatores e o principal deles o custo benefício, o princípio de qualidade fica negligenciado, e que foge do processo de hierarquia ao qual o professor está submetido.

Conforme analisado, é na escola pública principalmente que ocorre o sucateamento do material didático, atribuindo uma grande responsabilidade ao estado em desenvolver políticas públicas, que priorizem principalmente, a construção do conhecimento e oportunize subsídios como livros e outros materiais indispensáveis para o aperfeiçoamento da prática docente.

No entanto, precisamos elencar a importância do material como um dos elementos que podem ser utilizados na construção do conhecimento, mas que diante das análises percebemos sua fragmentação, e a necessidade do educador em dispor de diversos tipos de materiais e experiências que leve o seu aluno a perceber o conhecimento dentro do contexto social ao qual está inserido.

Por fim, e mais uma vez ressaltamos que durante as análises não desconsideramos a importância do livro didático, mas esclarecemos que é necessário um olhar crítico no que se refere a seleção dos conteúdos, bem como reforçar que o material não deve ser o currículo engessado, pois perderia o caráter de apoio pedagógico.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC 2ª versão**. Brasília, DF, 2016

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/SEB, 2010.

BRASIL. **Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)**. Disponível em: <http://fnde.gov.br/programas/programas-do-livro/pndl/remanejamento/item/518-hist>. Acesso em: 26 de Maio de 2019

CASTELLAR, S. M. V. **A formação de professores e o ensino de geografia**. São Paulo: Terra Livre, 1999.

KRASILCHIK, M. **Prática de ensino de biologia**. 4ª ed, São Paulo: Editora Edusp, 2008.

PIMENTEL, A. **O método da análise documental: seu uso numa pesquisa histórica**. **Cadernos de Pesquisa**. Londrina, 2001.

SILVA, E. T. **Livro didático: do ritual de passagem à ultrapassagem**. Em Aberto. Brasília, 1996

PIMENTEL, A. **O método da análise documental: seu uso numa pesquisa histórica**. **Cadernos de Pesquisa**. Londrina, 2001.